

SALAS DE AULA COMO NÚCLEO DA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: explorando o caráter integrador para promover a permanência

Rozana Quintanilha Gomes Souza¹
Giulia Alexandre Silva de Almeida²
Lidiane Silva Torres³
Gerson Tavares do Carmo⁴

RESUMO

Pela trajetória sócio-histórica da Educação de Jovens e Adultos, na qual se evidencia uma dificuldade, por parte desses estudantes, em participar das atividades que excedem o horário da aula, o ambiente da sala de aula representa uma questão central e, sobretudo, essencial para o aluno permanecer na escola, visto que a maioria deles tem múltiplas obrigações fora da escola. Partindo dessa questão, torna-se determinante investigar o ambiente da sala de aula como objeto de estudo dentro do contexto dos estudantes jovens e adultos e suas implicações na permanência escolar. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo, além apresentar o contexto da Educação de Jovens e Adultos, apresentar uma breve revisão de literatura a respeito dos aspectos do ambiente da sala de aula que contribuem para o sucesso nas relações que se estabelecem entre o aluno-professor e, conseqüentemente, para a permanência escolar. A partir desse estudo, observou-se que o debate sobre as relações interpessoais no convívio em sala de aula deve buscar caminhos que imprimam maior dedicação a adentrar na centralidade estrutural das relações constituídas na sala de aula, onde os alunos percebem e compreendem a articulação das dimensões social e acadêmica e por onde também os estudos devem compreender e direcionar-se.

Palavras-chave: Sala de aula, Permanência escolar, Relação professor-aluno.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve sua origem nas reflexões a partir de estudos desenvolvidos no âmbito do Nucleape⁵ – Núcleo de Pesquisas sobre Acesso e Permanência na Educação, grupo de pesquisa interinstitucional (IFF/UENF), cuja proposta de trabalho visa desenvolver pesquisas e estudos sobre a “permanência escolar” como objeto de estudo, numa cooperação técnico-científica entre professores/pesquisadores do IFF e da UENF, assim como conduzir ações de caráter político-estratégico que visem à permanência e êxito dos estudantes.

¹ Doutoranda pelo Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf, rozanaquintanilhags@gmail.com;

² Mestre pelo Curso de Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense - UFF, giuliaalmeida@gmail.com;

³ Graduada pelo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, lidiholly@hotmail.com;

⁴ Doutor pelo Curso de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf, gtavares33@gmail.com.

⁵ Nucleape: grupo de pesquisa registrado em 11/12/2014, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Grupo interinstitucional entre o IFF e a UENF.

Dentre os estudos realizados no âmbito do Nucleape, observamos a relevância dada por vários autores, dentre eles, Tinto (1997) e Zago (2006), ao tema do ambiente da sala de aula como fator de impacto na permanência discente.

Tinto (1997) destaca que o ambiente da sala de aula torna-se ainda mais prioritário quando o público de estudantes são jovens e adultos trabalhadores, visto que esses sujeitos têm dificuldade em participar das atividades desenvolvidas fora do horário da aula devido aos compromissos exigidos pelo emprego que possuem. Assim, partindo da especificidade desse público de estudantes/trabalhadores, o tema do ambiente da sala de aula é de fundamental importância, uma vez que eles tem, de modo geral, a sala de aula como o único espaço onde os alunos e professores se interagem, onde a educação, no sentido formal, é vivenciada.

Tais estudos suscitaram o interesse das autoras do presente artigo, que direcionaram a questão do ambiente da sala de aula para a modalidade de jovens e adultos. Tal escolha justifica-se pelo fato de essa modalidade da educação apresentar um panorama histórico-legal de recuos e avanços no que se refere à permanência dos estudantes.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre a Educação de Jovens e Adultos, assim como uma breve revisão de literatura a respeito dos aspectos do ambiente da sala de aula que contribuem para o sucesso nas relações que se estabelecem entre o aluno-professor e, conseqüentemente, para a permanência escolar.

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Ministério da Educação, modalidade da educação conhecida como EJA, atende um público que, por algum motivo, não completou sua escolarização na idade regulamentar. De acordo com o censo escolar da Educação Básica de 2014, há um pouco mais de 3,5 milhões de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (2.284.122 no Ensino Fundamental e 1.308.786 no Ensino Médio).

Comparando esse número de matrículas dessa modalidade da educação com o número de matrículas no ano de 2008 (3.295.240 no Ensino Fundamental e 1.650.184 no Ensino Médio), percebeu-se que houve uma queda de 30,7% no Ensino Fundamental e 20,7% no Ensino Médio na procura de jovens e adultos por instrução.

Esses números vieram caindo, significativamente, nos últimos anos, fato que vai na contramão das conquistas e dos avanços apresentados pela história da educação.

Vale pontuar que estamos inseridos em um processo histórico de transição entre uma concepção de proposituras e a de concretude real. Percebe-se, nesse cenário, um desejo de mudança que, por sua vez, traz a necessidade de repensar as políticas públicas, respeitando o princípio educacional de oferta de ensino específica para a modalidade de jovens e adultos.

Dessa forma, para que se cumpram os dispositivos legais, é preciso que se estabeleça uma política pública que vise e assegure a permanência do aluno. Assim, faz-se necessário conhecer e analisar a realidade dos cursos ofertados, as experiências de integração entre o ensino médio e o técnico, metodologias e muitos outros mecanismos que possam interferir nos fatores de permanência.

Na história da Educação Brasileira, o direito à educação para todos é muito recente, pois, até a Constituição de 1988, esse conjunto populacional com mais idade foi interditado ao direito à escola e à educação formal. Do ponto de vista histórico, foi um direito social tardiamente conquistado pela cidadania brasileira. Segundo Jane Paiva (2006, p. 521):

A questão do direito envolve, inelutavelmente, a condição democrática, valor assumido pelas sociedades contemporâneas em processos históricos de luta e conquista da igualdade entre os seres humanos. No campo da educação, o direito e o exercício democrático têm sido permanentes temas em disputa. Especificamente na educação de jovens e adultos (EJA), a história não só registra os movimentos de negação e de exclusão que atingem esses sujeitos, mas se produz a partir de um direito conspurcado muito antes, durante a infância, esta negada como tempo escolar e como tempo de ser criança a milhões de brasileiros.

Este público é formado por dois grupos distintos que foram, precocemente, excluídos do direito à educação. O primeiro é formado por estudantes mais idosos que viveram numa época em que o acesso à educação era mais difícil, principalmente nas zonas rurais. O segundo grupo, numeroso e heterogêneo, é formado por jovens e adultos que abandonaram seus estudos por fatores extraescolares, como desigualdades socioeconômicas e ingresso prematuro no mercado de trabalho; mas também por fatores intraescolares em função do clima escolar, das aulas tradicionais, dos currículos distantes da realidade do aluno e do fracasso de terem tido uma trajetória escolar mal sucedida e com sucessivas reprovações, que acabaram desestimulando esses estudantes e levando-os ao abandono escolar antecipado. O perfil desse público adulto é definido por Cass (1974, p.38):

[...] são leitores impacientes e sentem urgência com respeito à aprendizagem; tem necessidades muito definidas, uma forte motivação e desejo de aprender; necessitam da satisfação de uma tarefa exitosa, isto é, metas que tenham um alcance fácil e rápido; querem ser tratados como adultos maduros por encontrar-se em diversas etapas de sua maturidade emocional; tem experiências e informações para compartilhar; temem desprestigiar-se ao participar de uma situação de aprendizagem; passaram por

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

experiências desagradáveis em épocas escolares anteriores, tendem a ser extremamente tímidos e sensíveis: experimentam fortes sentimentos de frustração e inutilidade; possuem hábitos fixos e desvantagens fisiológicas; são distraídos em decorrência dos problemas sociais vividos; apreciam e respeitam sinceramente os benefícios da educação; esperam demasiado de si mesmos e do professor; possuem seu próprio estilo de pensamento caracterizado pela lentidão.

A Educação de Jovens e Adultos, na atualidade, vem tomando novos rumos e ganhando um novo formato. A parcela de jovens desse grupo vem crescendo e revertendo um quantitativo que era assumido pelos adultos com a posição de maioria, ou seja, os adultos da zona rural que por algum motivo não se escolarizaram ocupavam a grande parte dos alunos da EJA e a minoria era formada por jovens, mas os tempos são outros e novos sentidos foram delineando uma nova trajetória nos espaços escolares. A partir dos anos 80, observou-se um número crescente do grupo de alunos jovens da área urbana matriculados na modalidade da EJA.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), essa modalidade está dividida em duas realidades distintas: os adultos concebem a escola como um espaço de “integração sociocultural”, enquanto os jovens mantêm uma relação conflituosa com a escola pela “trajetória escolar anterior malsucedida”.

Os jovens carregam consigo o estigma de alunos-problema, que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação. Esses dois grupos distintos de trabalhadores de baixa renda encontram-se nas classes dos programas de escolarização de jovens e adultos e colocam novos desafios aos educadores, que têm que lidar com universos muito distintos nos planos etários, culturais e das expectativas em relação à escola. Assim, os programas de educação escolar de jovens e adultos, que originalmente se estruturaram para democratizar oportunidades formativas a adultos trabalhadores, vêm perdendo sua identidade, na medida em que passam a cumprir funções de aceleração de estudos de jovens com defasagem série-idade e regularização do fluxo escolar (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

No universo heterogêneo de jovens e adultos, a questão extraescolar, que perpassa pelos fatores externos à escola, está relacionada também à questão de gênero, visto que, ainda nos dias de hoje, muitas mulheres são impedidas de estudar pelos pais para dedicar-se aos afazeres do lar, com a concepção de que mulher não precisa estudar porque as atividades do lar não requerem essa competência; e quando casam, são impedidas de estudar pelos maridos e, nesse caso, o casamento é apontado como o segundo impedimento para a presença desse público feminino na escola.

Segundo Arroyo (2004, p. 24), esses sujeitos enfrentam mais que uma trajetória descontínua, mas uma perversa exclusão social:

[...] antes de portadores de trajetórias escolares truncadas, eles carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. As trajetórias escolares descontínuas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas.

A Educação de Jovens e Adultos nunca atendeu a todo o universo possível, temos hoje cerca de 67 milhões de brasileiros com baixa escolaridade, inferior àquela preconizada na lei como o mínimo que todo cidadão teria direito, mas estamos numa trajetória de queda no número de matrículas generalizadas posterior a 2006. Sobre isso, Maria Clara Di Pierro (2016, p.) comenta:

É uma queda contínua, que atinge as redes pública e privada, os ensinos fundamental e médio, as redes estadual e municipal. É um fenômeno que aparece como paradoxo. Em 2007, durante o segundo mandato do Lula, Fernando Haddad, que era ministro da Educação, inclui a EJA nos programas de assistência estudantil do governo. Ela passa a ter um livro didático, direito à merenda e ao transporte. Além disso, começa a receber recursos do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação]. Com isso, em tese, aquelas condições precárias que passamos anos e anos denunciando estariam no caminho para ser superadas. No entanto, na contramão das expectativas, foi a partir daí que a demanda passou a cair. Estamos pesquisando para compreender esse fenômeno, mas ainda não há uma resposta cabal [...].

Ainda temos que construir a cultura do direito à educação, está na lei, mas ainda não está na cultura. A cobertura escolar ainda é bem pequena e há muitas hipóteses para essa realidade ser tão distante desse aluno, mas a principal é a oferta de educação de adultos num modelo muito rígido e pouco apropriado à diversidade do público, tanto quanto à forma de organização quanto aos conteúdos escolares para atender às necessidades educativas.

Esses jovens que não tiveram sucesso no ensino regular são os mesmos que retornam à escola por meio da EJA e encontram, nessa modalidade, a mesma escola já experienciada no passado, que foi marcada pela exclusão social e pelas reprovações sucessivas, e que colocam esses alunos, novamente, em situação de não-permanência escolar. De acordo com Rodrigues (2012, p. 107), o reflexo dessa exclusão está na “permanência dos jovens na situação de oprimidos na sociedade em que vivem”.

Desse modo, os alunos são mais uma vez excluídos, e a escola, que não assume sua parcela de “responsabilidade pelo fracasso escolar, acaba por marginalizar os alunos que não conseguem avançar e a própria EJA, que passa a ser considerada um espaço para aqueles que não conseguiram se ‘adaptar’ ao ensino regular” (GOUVEIA; SILVA, 2015, p. 146).

Desse modo, buscar avançar nas discussões a respeito dos fatores que interferem na permanência escolar é condição básica para garantir uma educação de formação integrada de qualidade, uma formação continuada, permanente e emancipatória.

SALA DE AULA: ESPAÇO INTEGRADOR NA VIDA ACADÊMICA E SOCIAL

A sala de aula é um espaço social que foi, historicamente, conquistado e construído. De modo geral, este espaço localiza-se nos perímetros da escola, apesar de outros espaços informais constituírem-se também como salas de aula, visto que sua atividade essencial extrapola limites físicos. No entanto, a ocupação da sala de aula, além do aspecto espacial, demanda aspectos de outra natureza, implicando outras possibilidades.

Seguindo essa linha de pensamento, os espaços são ocupados e vivenciados, é onde os fatos acontecem e os sentimentos afloram, logo, a sala de aula é onde o sujeito pode ser, sentir e viver. Mas, isso não é suficiente para que a sala de aula torne-se um espaço de ocupação, pois para tanto, implica questões outras, como, por exemplo, o tempo viável. Assim, a sala de aula partilha a categoria da espacialidade com a da temporalidade, e a forma de sua ocupação cria certa particularidade. Dessa forma, o espaço e o tempo são dimensões pedagógicas fundamentais para a ocupação da sala de aula. Sobre essas questões, Novelli (1997, p. 44) explica que

[...] é possível haver espaço sem tempo para ocupá-lo; e estar num espaço sem tempo para aí estar é como não estar. De igual modo, pode haver tempo para estar sem, contudo, poder ocupar espaço algum. Novamente o tempo se inefetiva, pois não se situa. Dessa forma a sala de aula necessita da conjugação entre o espaço e o tempo que a constituem.

A sala de aula representa o coração da escola, pois encontra-se no núcleo da estrutura da atividade pedagógica. Os momentos educativos que nela ocorrem são uma das principais oportunidades da socialização e construção do conhecimento do estudante e, para muitos deles, é o único espaço de interação interpessoal.

A integração entre o social e o acadêmico, em particular para o público jovem e adulto, ocorre, na maioria dos casos, apenas no espaço da sala de aula. Esses estudantes que tem o tempo investido no trabalho, na maioria das vezes sem ligação com sua área de estudo, são obrigados a abrirem mão de usufruir de outros espaços e de atividades na escola que vão além do universo da sala de aula, o que impõe limites acadêmicos, repercutindo em formas marginais de inserção de estudantes na escola (ZAGO, 2006).

No contexto da Educação de jovens e adultos, “as diferenças, inclusive de tratamento, nas estruturas sociais não devem ter suas análises restritas aos aspectos econômicos”, pois o efeito provocado por tais aspectos leva o indivíduo à marginalidade dentro do próprio espaço escolar, reforçando a tese da dissimulação da inclusão (REIS, 2016, p. 87).

Os efeitos da exclusão desenham perfis diferentes na relação estudo-escola e estudo-trabalho, repercutindo impactos na condição de estudante e na constituição de suas carreiras acadêmicas e profissionais. Assim, as lacunas deixadas na formação marcam implacavelmente a vida acadêmica, visto que os estudantes não vivem plenamente o cotidiano escolar (ZAGO, 2006).

Para Novelli (1997), a sala de aula é espaço de interação entre professores e estudantes, onde há uma convivência diária, relação de comunicação e envolvimento direto. No entanto, o sucesso desse envolvimento vai depender da qualidade dessas relações.

A sala de aula enquanto espaço de encontro, daí ocupado, é local de exigências e desafios, posto que é isso que resulta do estar com o outro. Nunca se está o suficiente com o outro, pois o encontro é negado em seu próprio acontecer. Isso significa que o ato de estar junto deve ser investigado segundo o que pode ser para que possa ser mais do que é. Por isso, professor e aluno necessitam estar constantemente atentos ao que são para não calcificar o próprio ser e inibir outras possibilidades (NOVELLI, p. 49).

A relação professor-aluno estabelecida em sala de aula é, pedagogicamente, desigual e assimétrica por natureza, ou seja, há uma hierarquia na tomada de decisões sobre conteúdos, metodologias e métodos avaliativos, dentre outros aspectos, que acaba por instalar uma relação de poder e opressão. Para Brants (2005, p. 709), “a assimetria é uma característica inerente à relação professor/alunos, em virtude, por exemplo, da diferença de idade, da diferença de poder que é conferido a cada um destes interagentes, pela própria instituição escolar”.

A falta de debate e de clareza sobre as questões pedagógicas geram expectativas conflitantes em ambas partes e, por conseguinte, podem acentuar a assimetria nessas relações. O poder quando não é questionado ou o espaço quando não é cedido ao oprimido percebe-se que a permanência no espaço/tempo da sala de aula pode ficar comprometida.

De acordo com Tinto (1997), as pesquisas acadêmicas, apesar de imprimirem importância à sala de aula, a maioria delas não a veem como peça fulcral para promover a permanência do aluno. Em outras palavras, embora as pesquisas reconheçam a importância do ambiente da sala de aula como espaço de envolvimento e de integração entre o social e o acadêmico, ainda há o que se compreender sobre essas experiências interpessoais.

Tinto ainda destaca que há um fosso acadêmico entre a teoria e a prática e que as pesquisas precisam dar maior relevância aos dados empíricos sobre o impacto do comportamento dos professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem, a fim de desembaraçar as múltiplas relações comportamentais nas experiências em sala de aula e traduzir essas relações nas situações onde o envolvimento nas relações não é facilmente obtido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudos apontaram que a sala de aula representa um espaço que ainda requer percepção, pesquisas empíricas e ação docente para transformá-lo em ambiente propício à permanência.

Dessa forma, o debate sobre as relações interpessoais no convívio em sala de aula deve buscar caminhos que imprimam maior dedicação a adentrar na centralidade estrutural das relações constituídas neste ambiente, onde os alunos percebem e compreendem a articulação das dimensões social e acadêmica e por onde também os estudos devem compreender e direcionar-se.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Um campo de direitos e responsabilidade pública. In: Soares, L. J. G.; GIOVANETTI, M.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 19-50.

BRANTS, Giovanna Wrubel. Estudo da relação poder/submissão em sala de aula a partir da análise da interação conversacional entre professor e alunos. **Estudos Linguísticos XXXIV**, p. 708-713, 2005. Disponível em:

<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/estudo-da-relacao-poder-submissao-668.pdf?/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/estudo-da-relacao-poder-submissao-668.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

CASS, Angélica W. **Educación básica para adultos**. Buenos Aires: Troquel, 1974.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Testa Braz da. A ampliação da faixa etária da EJA e o convívio intergeracional: pontos e contrapontos. **Linkscienceplace**, v.2, n.3, jul./set., p. 143-154, 2015a. ISSN: 2358-8411. Disponível em:

<http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/121/60>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. Perdemos 3,2 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Época**, edição n. 941, 27 jun. 2016. Disponível em:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06/maria-clara-di-pierro-perdemos-32-milhoes-de-matriculadas-na-educacao-de-jovens-e-adultos.html>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2000.

NOVELLI, Pedro Geraldo. A sala de aula como espaço de comunicação: reflexões em torno do tema. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/1997.v1n1/43-50>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação** – ANPED v.11, n.33, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

REIS, Dyane Brito. O significado de permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. In: CARMO, Gerson Tavares do (org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

RODRIGUES, Delminda Joia Faria. A juvenilização dos alunos da EJA e do PROEJA. In: ARAÚJO, Judith Maria Daniel de; VALDEZ, Guiomar do Rosário Barros (Org). **PROEJA: refletindo o cotidiano**, v.1, Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar**, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

TINTO, Vincent. Classrooms as communities: exploring the educational character of student persistence. **The journal of Higher Education**, Ohio, v. 68, n. 6, p.599-623, nov. 1997.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.32, maio/ago, 2006, p. 226-370.